



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

**RESOLUÇÃO Nº 31 /2025**

*Altera a competência da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande para 2º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande, e dá outras providências.*

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA** no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 96, I, da [Constituição Federal](#), e no art. 104, II e III, da Constituição do Estado da Paraíba, que conferem aos Tribunais competência para organizar os serviços judiciários;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 163 da [Lei Complementar Estadual nº 96, de 3 de dezembro de 2010 \(LOJE\)](#) e no art. 4º-A das Disposições Transitórias da mencionada legislação complementar estadual;

**CONSIDERANDO** o entendimento do Conselho Nacional de Justiça segundo o qual os Tribunais de Justiça possuem competência privativa para a elaboração dos seus regimentos internos, disposição sobre competência e o funcionamento dos seus respectivos órgãos jurisdicionais, cabendo, ainda, a função de organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;

**CONSIDERANDO** o disposto na [Resolução CNJ nº 184, de 06 de dezembro de 2013](#), segundo a qual, antes da criação de novas unidades judiciárias, os tribunais devem priorizar a transformação ou transferência de unidades e/ou comarcas cuja distribuição processual seja inferior a 50% da média de casos novos por magistrado, conforme os dados consolidados do último triênio;

**CONSIDERANDO** que a distribuição de casos novos para o Juizado da Fazenda Pública de Campina Grande está crescente, em valor anual que equivale ao dobro do número parâmetro calculado, de modo que se torna necessário aplicar o art. 9º, § 1º, da [Resolução CNJ nº 184/2013](#);

**CONSIDERANDO** a necessidade de buscar proporcionar mais celeridade ao andamento processual, reequilibrando a distribuição de feitos entre as unidades das comarcas, compatibilizando-se com o postulado constitucional da razoável duração do processo, bem como com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da [CF/88](#);

**CONSIDERANDO** os termos do processo SEI nº 009301-77.2025.8.15;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** A 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande passa a ter competência privativa para os feitos previstos na [Lei nº 12.153, de 22 de novembro de 2009](#), que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, passando a denominarse 2º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande.

§ 1º A unidade jurisdicional prevista no caput deste artigo manterá a atual estrutura de pessoal de cartório que está inserida no sistema de cartório unificado descrito na [Resolução TJPB nº 26, de 04 de agosto de 2020](#), passando os feitos a tramitar na seção

específica para essa competência, com atribuições de gestão e chefia já previstas na referida norma.

§ 2º O gabinete de Juízo contará com a mesma quantidade de assessores que o 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande.

**Art. 2º** O Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande passa a denominar-se 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande.

**Art. 3º** A 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande passa a denominar-se 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande.

**Art. 4º** Os processos atualmente em tramitação na antiga 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande deverão ser redistribuídos eletronicamente para as demais varas da fazenda pública da respectiva comarca.

**Art. 5º** Para fins de equalização de acervo processual entre o 1º e o 2º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande será observada a regra prevista no art. 114, §§ 2º e 4º, do [Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba](#).

**Art. 6º** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência deste Tribunal de Justiça.

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de agosto de 2025.

Sala de Sessões do Órgão Especial, em João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

**Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho -  
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba.**

Este texto não substitui o publicado no DJe em 22.07.2025.